

5ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL  
29/11 a 3/12 na Praia

COMUNICADO

(Projecto)

Sob a presidência do Secretário Geral o Conselho Nacional reuniu-se na sua 5ª Sessão Ordinária de 29 de Novembro a 3 de Dezembro na cidade da Praia.

Da ordem do dia constaram os seguintes pontos:

- 1 - Aprovação da acta da reunião anterior
- 2 - Estado da aplicação das decisões do 2º Congresso sobre algumas questões de política Internacional - Introdução pelo Camarada Secretário-Geral.
- 3 - Relatório do Governo, sua discussão e aprovação.
- 4 - Informação sobre a Lei Eleitoral e as eleições legislativas de 1985
- 5 - Orçamento do Partido para 1985
- 6 - Relatório da CNCR
- 7 - Aprovação do Regulamento das Sanções
- 8 - Princípios básicos que devem orientar a elaboração da lei da Administração Municipal.
- 9 - Eleição do Presidente da CNCR
- 10 - Questões disciplinares
- 11 - Informação sobre o X Aniversário
- 12 - Informação sobre a Conferência Nacional da ONCV.





global dos problemas da África Austral.

O Camarada Secretário Geral explicou qual tem sido o papel da República de Cabo Verde que se fundamenta nos profundos laços históricos e políticos que nos ligam a Angola e Moçambique. Realçou ainda o Camarada Secretário Geral que esse papel tem sido desempenhado sempre tendo presente o conhecimento de que nenhum arranjo diplomático duradouro é possível na África Austral sem que se engaje uma nova dinâmica tendente ao acesso da Namíbia à independência de conformidade com a Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU. Refêriria a encerrar este ponto que Cabo Verde está Optimista mas que este Optimismo é prudente e paciente, prudência que é ainda reforçada pelas últimas notícias vindas a público acerca da divulgação pela RPA e RAS das suas últimas posições nas negociações em curso.

A encerrar a sua intervenção o Camarada Secretário Geral apelou para que a 5ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional decorresse com espírito de Responsabilidades, Unidade e Eficácia, espírito que deverá marcar a reflexão do X Aniversário, reflexão para que devem estar mobilizados os cidadãos e em particular os militantes do Partido.

A apresentação do relatório seguiu-se um profundo e animado debate tendo o Conselho Nacional elogiado o Camarada Secretário Geral pela clareza e profundidade do documento apresentado bem como pela perspicácia das análises desenvolvidas tendo feito suas as conclusões e as orientações propostas. O Conselho Nacional congratulou-se com os importantes passos já dados no caminho da implementação das decisões do 2º Congresso na linha das recomendações da 3ª Sessão Ordinária do CN realizado em Outubro de 1983. Reconhecendo as dificuldades reais que explicam a não concretização de algumas decisões o Conselho Nacional exprimiu o seu apoio aos esforços em curso para a superação das mesmas e completa realização das acções programadas para 1985.

No quadro do debate, o Conselho recebeu importantes informações e explicações prestadas pelo Camarada Olívio Pires no concernente ao 2º Encontro Nacional de Organização, do Camarada José Araújo acerca da actividade da Comissão Política e sobre aspectos ligados ao trabalho dos órgãos de informação <sup>fez a aprovação em 20 minutos após o debate</sup> pelo Camarada Silvino da Luz sobre os últimos desenvolvimentos no processo de negociações em curso na África Austral.

Ignácio

.../...

informou



Fazendo à actividade do Governo o CN apreciou o relatório apresentado pelo Secretário Geral Adjunto que incidiria a sua intervenção sobre (1) a construção do Estado, um Estado que seja símbolo e instrumento do povo caboverdeano na sua luta pela edificação do futuro e as dificuldades de tal construção dadas as características que queremos que sejam as desse Estado ;(2) a formação, englobando a educação de base bem como a formação de quadros em todos os domínios e a todos os níveis; (3) o sector empresarial público, realçando que o balanço das carências e dificuldades desse sector comparado com o papel positivo que vem desempenhando bem como os benefícios directos que já forneceu, leva à conclusão de que a opção por um sector empresarial público bem dimensionado é correcta. A questão que se põe é a de uma gestão eficaz e de o Estado não tentar fazer aquilo que outros podem fazer melhor ou que não é fundamental para garantia da Independência Nacional, (4) a dívida externa que foi analisada nos aspectos respeitantes ao montante, composição, seu peso em relação ao PIB e ao montante das exportações, a sua distribuição pelos diversos credores, os principais beneficiários dos empréstimos contraídos e o importante e fundamental aspecto da gestão da dívida;(5) a materialização das recomendações do 2º Congresso respeitantes aos sectores da Indústria e das Pescas; (6) a gestão Orçamental em que fez um balanço da execução do Orçamento de 1984 e a apresentação das linhas gerais do Projecto do OGE para 1985, realçando as preocupações do Governo com a gestão rigorosa do Orçamento o que se traduz pela submissão à ANP de um projecto de lei do enquadramento do Orçamento Geral do Estado e por último (8) o X Aniversário da Independência Nacional que se comemorará no próximo ano.

A apresentação do Relatório do Governo foi complementada por intervenções do Camarada João Pereira Silva acerca do estado da execução da Reforma Agrária, do Movimento Cooperativista e da campanha agrícola 1984/85, do Camarada José Brito sobre a cooperação internacional, o balanço do cumprimento do I Plano Nacional de Desenvolvimento e o estado da preparação do II Plano. O Conselho Nacional teve ainda a oportunidade de ouvir o Ministro da Saúde e Assuntos Sociais sobre as medidas tomadas para fazer face à situação de emergência causada pelo temporal de Setembro e o Secretário de Estado das Finanças acerca do Orçamento Geral do Estado e da dívida externa.

O Camarada Secretário Geral Adjunto aproveitou ainda a oportu-

*de apresentação do Relatório de Calcuta com vários outros assuntos... e melhoria da gestão e a demanda sup. a pos. de respeito.*



formação que lhe foi apresentada pelo Camarada Abílio Duarte, respeitante à Lei Eleitoral para a Assembleia Nacional Popular e às eleições legislativas de 1985.

O Camarada Abílio Duarte explicou a necessidade de reestruturar a presente Lei Eleitoral autonomizando em diplomas separadas as matérias respeitantes ao recenseamento eleitoral, às eleições para a ANP e por fim à Comissão Eleitoral Nacional. A proposta de Lei a ser apreciada pela ANP integra portanto as normas destinadas a regular as eleições para a Assembleia Nacional Popular, designadamente os preceitos respeitantes a: (a) Capacidade eleitoral; (b) Sistema eleitoral; (c) Eleição e (d) Ilícito eleitoral. Conquanto não se introduzam alterações substanciais nos mecanismos da técnica eleitoral utilizados na eleição anterior, incluem-se alguns artigos inteiramente novos e alteram-se outros, ficando os princípios consagrados no texto em conformidade com a moderna doutrina eleitoral.

Com base numa proposta apresentada pelo Secretariado o C. N. aprovou o Orçamento Geral do Partido para o ano de 1985, cujas receitas e despesas, em igual quantia, são avaliadas em 56.723.690\$00, representando um aumento de 17,1% em relação às previsões do ano de 1984.

Procurando reflectir a dinâmica que está sendo imprimida à acção partidária, nos diversos domínios, o Orçamento espelha, por outro lado, os condicionamentos económico-financeiros da conjuntura actual, pelo que o Conselho reiterou a necessidade de um uso criterioso dos meios disponíveis, com estrita observância das normas de gestão financeira adoptadas na reunião extraordinária de Março último.

O Conselho apreciou o Relatório da Comissão Nacional de Controle e Revisão apresentado pelo respectivo Presidente, Camarada Carlos Reis e congratulou-se pelo facto de esse órgão, apesar das múltiplas dificuldades que condicionam o seu funcionamento, ter registado avanços significativos na sua actividade. A CNCR foi encorajada a prosseguir os esforços no sentido do exercício plano das atribuições que lhe são conferidas pelos Estatutos do Partido.



Tornando-se necessário actualizar e aperfeiçoar as normas regulamentares sobre a aplicação de sanções disciplinares, à luz dos novos Estatutos aprovados pelo 2º Congresso do PAICV e da experiência ganha pela organização partidária, o Conselho Nacional aprovou um novo Regulamento para a Aplicação de Sanções.

O Conselho Nacional, com base na introdução feita pelo Camarada Júlio de Carvalho, apreciou o documento "Os princípios básicos que devem orientar a elaboração da Lei da Administração Municipal". Do importante debate que se estabeleceu e no marco do princípio constitucional segundo o qual "no quadro da sua estrutura unitária e da realização do interesse nacional, o Estado de Cabo Verde promove a criação e apoia a acção de colectividades territoriais descentralizadas e dotadas de autonomia..."(Artº 6º da Constituição), concluiu-se que deve o Governo prosseguir na elaboração do projecto de Lei em causa, o qual deverá ter como linhas mestras a nova organização municipal que se pretende norteadas por uma correcta descentralização administrativa e autonomia, em coordenação com os diversos sectores de Administração e de harmonia com as exigências do desenvolvimento do País. O Conselho recomendou, por outro lado, que seja adoptado o princípio das eleições para a constituição dos órgãos colegiais municipais e que sejam previstas formas de dotar as estruturas municipais de meios que lhe permitam melhorar a gestão administrativa para a afirmação do Poder Local na resolução eficaz dos problemas específicos das localidades.

Em substituição do Camarada Carlos Reis, entretanto nomeado para exercer as funções de Embaixador de Cabo Verde em Lisboa, o Conselho elegeu o Camarada \_\_\_\_\_ para o cargo de Presidente da Comissão Nacional de Controle e Revisão. Foi igualmente eleito o Camarada \_\_\_\_\_, para integrar a CNCR na vaga deixada pela ... do Camarada ...

No capítulo respeitantes às questões disciplinares o Conselho Nacional analisou minuciosamente os processos disciplinares instruídos a mandado da Comissão Política em relação aos Camaradas.

Acerca das comemorações do X Aniversário da Independência Nacional, o Camarada Júlio de Carvalho, na qualidade de Presidente da Comissão Central das referidas comemorações, fez ao Conselho o ponto da situação dos preparativos no que foi completado pelos presidentes das sub-comissões já criadas e em funcionamento.

O Conselho Nacional fez suas as considerações e recomendações contidas nos relatórios apresentados pelos Camaradas Secretário Geral e Secretário Geral Adjunto nos pontos 2 e 3 da Ordem do Dia acerca das comemorações do X Aniversário da Independência Nacional. O C.N. concluiu que as comemorações deverão ser colocadas sob o lema "Responsabilidade, Unidade, Eficácia".

O Conselho lançou um apelo a todos os cidadãos para se mobilizarem no debate e na reflexão sobre os problemas fundamentais da vida da Nação, reflexão que deve ser feita sem falsas modéstias perante a grandeza do esforço feito e dos resultados conseguidos mas também sem triunfalismos nem contemplações perante os aspectos que devem ser criticados.

O Conselho Nacional exortou todas as estruturas do Partido, da Administração, das Organizações de Massas, dos Organismos de Participação Popular, das Organizações Sociais, todos os militantes onde quer que se encontrem, a apoiarem por todos os meios ao seu alcance as iniciativas e as acções que se irão desenrolar por forma a garantir que o Ano do X Aniversário se transforme em ano de empenho, de dedicação, de esforço de todos, para a realização de um salto qualitativo no funcionamento geral do Partido e do Estado de Cabo Verde.

A finalizar os trabalhos da sua 5ª Sessão Ordinária, o Conselho foi informado pela Camarada Maria das Dores Pires dos preparativos para a realização em 1985, da II Conferência Nacional da OMCV. O C.N. exprimiu a sua satisfação não só pelo elevado grau de responsabilidade posta nos trabalhos preparatórios mas também pelo grande envolvimento e empenho nestes pelos militantes na organização da Conferência bem como na discussão das teses.



O Conselho Nacional lançou um apelo a todas as estruturas do Partido e das Organizações de Massas e Sociais bem como às do Governo no sentido de dispensarem à OMCV todo o apoio de que necessita, nomeadamente no aprofundamento da reflexão sobre os problemas em debate, com vista a fazer da próxima reunião da Organização feminina um marco na luta das mulheres caboverdeanas pela sua emancipação e solução dos problemas que lhes são específicos.

A 5ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional do PAICV apreciou no seu devido valor o elevado nível organizativo dos trabalhos da reunião com o qual se congratulou, louvando os responsáveis do Secretariado que participaram na preparação da mesma e exortando-os a prosseguirem na vida apontada pelo Camarada Secretário Geral de forma a fazer com que as sessões do CN. sejam cada vez mais eficazes e produtivas.

Praia, 3 de Dezembro de 1984

O Conselho Nacional do P. A. I. C. V.